

Hélio: desarmamento é promessa antiga

“Eles querem transformar os índios em bandidos”

A situação nos municípios de Redenção, São Félix do Xingu e Ourilândia é tensa, podendo acontecer a qualquer momento um conflito armado entre fazendeiros, madeireiros e índios Kaiapó, afirmou ontem o superintendente regional da Funai, Dinarte Nobre de Madeiro. Uma equipe enviada àquela região, chefiada pela Polícia Federal, da qual participou Salomão Santos, assessor da Funai, fez um relatório sobre a situação e o enviou ao Ministério da Justiça, para providências cabíveis.

Dinarte Madeiro disse que não conhece o conteúdo do relatório, mas admitiu que o problema na área é grave e já foi denunciado diversas vezes pela superintendência regional da Funai, mas nenhuma providência foi tomada. “Só não concordo é que queiram transformar os índios em bandidos, quando eles são vítimas da ganância do homem branco, que os alicia para poder se apoderar de suas riquezas naturais, entre as quais o mogno e o ouro, o que implica em sério prejuízo ao patrimônio indígena e à própria comunidade”, declarou Dinarte Madeiro.

Na área existem três reservas indígenas: Baú, Mekarotire e Kaiapó, nas quais vivem cerca de 1.300 índios. Os pontos de conflito estão na fazenda Yucatan, em São Félix do Xingu, onde os índios acusam os fazendeiros de invadirem a reserva para retirar madeira, principalmente mogno; a fazenda Fortaleza, no município de Redenção, onde os índios exigem uma revisão nos limites, pois afirmam que na medição anterior foram enganados; e na fazenda Serra Pelada, em Redenção, onde os índios também se dizem enganados.

Dinarte Nobre de Madeiro admitiu a acusação de que a Funai fornece armas aos índios. Ele alegou que a Fundação apenas possui uma cota de armas de caça para os Estados do Pará e Amapá, oferecida pelo Exército, que é distribuída duas vezes por ano às comunidades carentes. Mas o superintendente regional da Funai admite que os índios possuem armamento mais moderno, como revólveres e pistolas, vendidas pelos próprios fazendeiros e madeireiros com a finalidade de agrandar os indígenas. Naquela área, disse ele, a venda de armas e munição é realizada livremente.

Lembrou Dinarte que, em 1982, os índios da região viviam apenas da extração de castanha, comaru e do artesanato. A partir dessa época foram aliciados para a venda de madeira e exploração do garimpo. O dinheiro obtido nessas vendas, contou, provocou desavenças, levadas por vários interesses. Dinarte frisou que o município de Redenção tem 50% de sua economia girando em torno da extra-



Dinarte Madeiro, da Funai

ção de madeira e da garimpagem.

O superintendente disse que, em 1985, os índios fecharam os garimpos de Maria Bonita e Cumaruzinho, devido à promessa de que a área indígena seria demarcada e a Funai receberia mais recursos para ajudá-los. Naquela ocasião, até a Caixa Econômica Federal, que comprava o ouro extraído na região, teve de aumentar a porcentagem de 1% para 5%. Acontece que os recursos prometidos não foram repassados à Funai e, por pressão de vários setores, até de políticos, os índios foram convencidos a reabrir os garimpos.

Dinarte Madeiro lembrou que, há quatro meses, foi realizada uma reunião na reserva indígena, da qual participou junto com o presidente nacional da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, para abordar a problemática assistencial ao índio. A melhoria desse atendimento, frisou Dinarte, depende basicamente do recebimento de mais verbas, pois dos 81 postos indígenas localizadas na jurisdição da superintendência regional da Funai, abrangendo os Estados do Pará, Amapá e Maranhão, a metade não possui condições de funcionamento.

Indigenista há 20 anos, Dinarte se disse muito preocupado com a situação naquela área, que se prolonga há cinco anos, desde quando os índios passaram a ser aliciados para extração de madeira e ouro. No local, disse ele, continua a derrubada da mata, a poluição dos rios e a extinção da fauna.

A solução do problema, segundo o superintendente regional, pode estar no estudo realizado pelo Grupo de Trabalho instituído pelo presidente Fernando Collor, que objetiva a implantação de uma nova política indigenista. Ele espera que esse trabalho realmente esteja voltado para a obtenção de mais recursos financeiros, material e pessoal para o fortalecimento da Funai ou de qualquer organismo que seja criado futuramente para substituí-la.

VIDE - VERSO

Essa promessa da Polícia Federal é antiga". Assim o governador Hélio Gueiros reagiu, ontem, ao relatório encaminhado na segunda-feira pelo secretário de Polícia Federal, Romeu Tuma, ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. O documento recomenda uma "operação de desarmamento" no sul do Pará, devido à iminência de um conflito entre os índios Kaiapó e fazendeiros instalados na região, que estariam contratando seguranças e comprando armas.

Segundo o governador, "uma vez organizamos tudo, preparamos um projeto por escrito e, no final, foi preciso o Governo do Estado agir sozinho, pois não contamos com a ajuda da PF". Hélio Gueiros, porém, disse esperar que, com a presença do ministro Jarbas Passarinho "nós tenhamos ajuda da PF". Ele contou que na época em que o ministro da Justiça era Paulo Brossard, recebeu ajuda para a segurança do Estado.

Funcionalismo

Indagado se o funcionalismo público estadual teria um aumento de 80% em janeiro, Hélio não descartou a possibilidade, mas ponderou: "Vamos por etapas". Ele lembrou que o Estado está agilizando o pagamento do 13º salário aos servidores públicos e do vencimento do mês que, durante a campanha eleitoral, disseram que não seria pago. "Ao contrário do que disseram, eu estou antecipando esse pagamento. Eu



Foto Ary Sousa

O governo acabou agindo sozinho, disse Hélio.

pagava até o dia 30, agora pagarei até o dia 23. Então, antes do Natal, o funcionalismo público estadual vai receber tudo, integral", garantiu. Perguntado se o Plano de Cargos e Salários seria implantado ainda em sua administração, o governador disse que essa decisão poderia ser tomada de ontem para hoje.

Ilhas

As ilhas de Algodual e Maiandeuá foram transformadas, pela Lei 5.621, publicada no Diário Oficial do último dia 6, na Primeira Área de Proteção Ambiental (APA). No entanto, o Governo do Estado não possui nenhum organismo de gerenciamento ambiental. Sobre isso, Hélio Gueiros obser-

vou que "tudo tem um começo". Ao lembrar que, recentemente, baixou decreto proibindo o uso de dragas — usadas para retirar ouro — em todo o território paraense, ele ressaltou que, aos poucos, "nós vamos defendendo a ecologia".

"Agora", frisou, "se pretendem executar um programa apenas quando estiver tudo direitinho, não vamos fazer nada. Então, vamos por etapas. Não vamos queimar etapas, pois isso é uma presunção tola", afirmou Hélio, acrescentando que, dessa maneira, "nós vamos prosseguir a nossa campanha sincera, séria e sem hipocrisia em defesa do meio ambiente".

Polícia

O governador falou ainda sobre a operação conjunta que está sendo realizada pelas polícias Civil e Militar para prender os pivetes integrantes da "turma do terror" e outros bandidos, que colocam em risco a segurança da população. O governador pediu o apoio da população, porque, segundo ele, "daqui a pouco começará a aparecer gente dizendo que se está cometendo arbitrariedades e querendo liquidar esse programa". "É preciso que a população, sadia e pura, dê seu apoio", disse, alertando que, do contrário, os marginais se valerão de algumas entidades sociais, "que têm pessoas nobres, mas que são manipuladas e usadas por aqueles que não desejam garantir a segurança da população".

J